

Governador do Estado de Santa Catarina

**Carlos Moisés da Silva**

Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina

**David Christian Busarello**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social

**João Batista Costa**

Diretor de Gestão de Educação/DCSC

**Alexandre Corrêa Dutra**

Presidente FECAM

**Jorge Luiz Koch**

Membros Técnicos/Científicos do Grupo de Trabalho:

**Amanda Cristina Pires -** Universidade do Estado de Santa Catarina/CTC - (UDESC/CTC)

**Caroline Margarida** - Defesa Civil de Santa Catarina – Diretoria de Gestão de Edu- cação

**Cleonice Maria Beppler** – Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú

**Francisco Silva Costa** – Universidade do Minho

**Gladis Helena da Silva** - Defesa Civil de Santa Catarina – Diretoria de Gestão de Educação

**Vânia Guareski -** Associação de Municípios da Grande Fpolis (GranFpolis)

**Janice Merigo -** Federação Catarinense de Municípios (FECAM)

**Lauro Francisco dos Santos -** Associação de Municípios da Serra Catarinense (AMURES/CISAMA)  
**Nayara Brito** - Associação de Municípios do Vale Europeu (AMMVE)

**Rosangela Alexandrino**, Associação de Municípios… (AMESC)

**Letícia Guimarães Braz -** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS)

**Luciano Peri -** Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC)

**Mário Jorge Cardoso Freitas** – Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em RRD

**Regina Panceri** - Defesa Civil de Santa Catarina – Diretoria de Gestão de Educação

**Renata da Silva** - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS)

**Sabrina Mores -** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS)

**Vanessa Scoz Oliveira -** Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Revisão Gramatical

Projeto gráfico e diagramação

**Elisa Motta** - Defesa Civil de Santa Catarina

**SUMÁRIO**

Caderno de Apoio ao Plancon-AS 1

[Apresentação 5](#_heading=h.gjdgxs)

[O que é Contingência? 6](#_heading=h.30j0zll)

[O que é um Plano de Contingência - Plancon? 6](#_heading=h.1fob9te)

[Quando deve ser elaborado? 6](#_heading=h.3znysh7)

[Quais são os principais componentes do Plancon? 6](#_heading=h.2et92p0)

Quais são os passos para a elaboração do Plancon e

O que deve constar em cada um? 6

[O que deve constar na Introdução? 7](#_heading=h.tyjcwt)

[O que é a Estrutura Conceitual? 7](#_heading=h.3dy6vkm)

[Quem são os Atores ou População-alvo? 7](#_heading=h.1t3h5sf)

[O que deve constar nos Objetivos? 7](#_heading=h.4d34og8)

[O que são Cenários de Risco? 7](#_heading=h.2s8eyo1)

O que é Ameaça(s)? 8

[O que se deve considerar no Território? 8](#_heading=h.17dp8vu)

[O que são Vulnerabilidades? 9](#_heading=h.3rdcrjn)

[O que são Capacidades Instaladas? 9](#_heading=h.26in1rg)

[O que são os Níveis de Prontidão? 9](#_heading=h.lnxbz9)

[O que significa Mitigação? 10](#_heading=h.35nkun2)

O que são os Indicadores? 10

[O que é Governança? 10](#_heading=h.1ksv4uv)

[O que são as Dinâmicas Operacionais? 11](#_heading=h.44sinio)

[Qual a diferença entre Protocolos, Procedimentos e Plano de Ação? 11](#_heading=h.2jxsxqh)

No âmbito da Educação o que poderia ser contemplado no que

se refere às dinâmicas operacionais gerais? 11

[O que significa Gestão de Pessoas? 13](#_heading=h.z337ya)

[O que significa Capacitação, Treinamentos e Simulados? 16](#_heading=h.2bn6wsx)

[O que considerar no quesito Capacitação, Treinamentos e Simulados? 16](#_heading=h.qsh70q)

[O que significa Informação e Comunicação? 17](#_heading=h.3as4poj)

[O que considerar no quesito Comunicação e Informação? 17](#_heading=h.1pxezwc)

O que é a Unidade de Gestão Operacional? 18

Quando desativar a Unidade de Gestão Operacional? 19

O que é o Sistema de Alerta e Alarme/Sistema de

Vigilância e Comunicação? 19

Alerta 19

[Quando e como se dará o Acionamento de Recursos? 20](#_heading=h.49x2ik5)

[Em que consiste o Monitoramento e Avaliação? 20](#_heading=h.2p2csry)

Modelo de Relatório Social

Recomendações 32

[Referências Bibliográficas 32](#_heading=h.19c6y18)

**APRESENTAÇÃO**

Este **Caderno de Apoio ao Plancon-AS** foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Plano de Contingência Assistência Social, a partir de uma demanda do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina, da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) para subsidiar gestores e profissionais da assistência social, quando da ocorrência de eventos adversos em que há a necessidade de formalizar planos de contingência para dar respostas mais efetivas no sentido de proteger as pessoas e prepará-las para o enfrentamento da situação.

Considerando que surgem muitas dúvidas, esse caderno poderá ser utilizado como um subsídio contemplando conhecimentos relativos ao SUAS, como também para o entendimento do que constitui cada passo da elaboração de um Plano de Contingência. Com as devidas adaptações, poderá ser utilizado por outras áreas de conhecimento: educação, saúde, proteção e defesa civil, entre outras.

No **Modelo de Plano de Contingência para a Assistência Social Social (Plancon - AS)** proposto, identifica-se os atores envolvidos na implementação do plano, seus principais objetivos, os níveis de prontidão, as definições conceituais para cada uma de suas etapas, além de um conjunto de orientações e medidas gerais, sendo necessário que cada município faça a caracterização dos cenários de risco, identificando suas vulnerabilidades e capacidades instaladas e defina como se dará o gerenciamento da crise pela unidade de gestão operacional, bem como a forma de organização, implementação e gerenciamento das ações de enfrentamento dos eventos adversos. Vale destacar que este modelo é uma referência técnica e científica que auxilia na tomada de decisão que é tanto da parte das autoridades municipais, estaduais e federais quanto das unidades de assistência social. A sugestão é de que cada município faça suas reflexões, análises críticas e ajustes a sua realidade, garantindo sempre os direitos à vida, à saúde, à assistência social e à educação de todas as crianças, adolescentes, famílias, idosos, profissionais e trabalhadores da assistência social.

Importante salientar que o Modelo de Plano de Contingência para a Assistência Social (Plancon- AS) apresenta características dinâmicas e flexíveis, sendo que, a partir das determinações dos órgãos responsáveis e de novas informações e conhecimentos, podem levar a alterações, que resultam em eventuais atualizações do plano.

As medidas necessárias, bem como as responsabilidades dos envolvidos, deverão ser ajustadas às diferentes necessidades da evolução dos cenários de risco a fim de assegurar a autoproteção e um processo de tomada de decisão mais eficaz e eficiente.

Neste caderno você terá informações de forma simples, rápida e aplicada:

1. a respeito de conceitos e procedimentos a serem considerados no Plano de Contingência decorrentes da Assistência Social (Parte I);
2. Modelo de Relatório Social (parte II);
3. Recomendações Gerais (Parte III).

Esperamos que este material facilite a sua atuação profissional e cotidiana, aumentando a autoproteção bem como a gestão de riscos e desastres a que todos estamos sujeitos.

Grupo de Trabalho Técnico e Científico do Plancon-AS

**PARTE I - PERGUNTAS E RESPOSTAS ESPECÍFICAS A RESPEITO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA**

Em cada ponto seguinte serão abordados e esclarecidos os principais conceitos que norteiam o Modelo de Plano de Contingência proposto (Plancon-AS).

**O QUE É CONTINGÊNCIA?**

É uma situação de incerteza a respeito de um determinado evento, que pode ou não se concretizar, durante um período determinado.

**O QUE É UM PLANO DE CONTINGÊNCIA - PLANCON?**

É um documento de planejamento em prevenção, mitigação e preparação elaborado para orientar as ações de resposta a eventos adversos ou situações de emergência ou calamidade pública. Considera-se fundamental planejar as ações a serem realizadas a fim de facilitar a tomada de decisão e os processos de gestão de risco e gestão do desastre.

**QUANDO DEVE SER ELABORADO?**

Sempre que possível deve ser elaborado com antecedência, enquanto atividade de prevenção e preparação e para otimizar as atividades de resposta e recuperação.

**QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS COMPONENTES DO PLANCON?**

É fundamental que se defina, caracterize e estabeleça: os atores ou as pessoas envolvidas, os cenários de risco, os níveis de mobilização, as dinâmicas e ações operacionais, a Unidade de Gestão Operacional - e o Sistema de Alerta e Alarme - que chamamos de sistema de Sistema de Vigilância e Comunicação.

**QUAIS SÃO OS PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANCON E O QUE DEVE CONSTAR EM CADA UM?**

O Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina juntamente com a SDS e FECAM elaborou um Modelo de Plancon-AS e sugere os seguintes itens:

1. Introdução;
2. Atores e População-Alvo;
3. Objetivos: Geral e Específicos;
4. Diagnóstico do Território e Cenários de Risco: incluindo Ameaças, Vulnerabilidades e Capacidades Instaladas e a Instalar;
5. Ciclos de Gestão e Prontidão/Ação;
6. Governança e Operacionalização da Resposta: incluindo Dinâmicas e Ações Operacionais, Sistema de Alerta/Alarme (Sistema de Vigilância e Comunicação), Unidade de Gestão Operacional e Monitoramento e Avaliação: incluindo a Avaliação de Processos e de Resultados.

**O QUE DEVE CONSTAR NA INTRODUÇÃO?**

Sugere-se elaborar um pequeno texto introdutório, situando o surgimento do problema emergencial e a sua inserção no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, que, como tal, deve ser alvo de contingenciamento a diversos níveis, assim como a sua inserção no âmbito de outras políticas intersetoriais e correlatas e que caracterizem o contingenciamento a diversos níveis como educação, saúde, assistência social, dependendo do evento adverso a que se refere. Para facilitar, já foi disponibilizado um texto no template editável.

No caso do Plancon-AS também podem ser incluídas informações referente aos centros de referência de assistência social, bem como serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e justificativa de elaboração do Plano de Contingência.

**O QUE É A ESTRUTURA CONCEITUAL?**

É um modelo organizacional proposto para a elaboração do Plano de Contingência. O modelo conceitual denominado Plancon-AS, poderá ter uma versão específica para a rede estadual e regional.

Considera-se que o modelo se ajusta à realidade de todas as ações desenvolvidas pela assistência social, as quais abrangem a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios. Contudo, no que se refere às Dinâmicas e Ações Operacionais, pode haver necessidade de uma maior alteração de acordo com as características do público-alvo. Efetivamente, sua inserção regional e sua situação concreta, podem exigir a alteração de algumas dinâmicas e ações ou a necessidade de organizá-las de outra forma. Muitas delas, no entanto, por se constituírem como exigências legais, terão que ser consideradas. De igual forma, a Governança e a Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional) podem ser adaptadas à realidade em questão.

**QUEM SÃO OS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS E POPULAÇÕES ESPECÍFICAS ?**

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), é público da Assistência Social: os cidadãos e suas famílias que enfrentam, por sua trajetória ou devido às circunstâncias de seu ciclo de vida, imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. Assim, ocupa-se prioritariamente de famílias e indivíduos que estão em situação de violência, fragilidade e contingência, decorrendo situações de vulnerabilidade e risco social. Os contextos de emergência socioassistencial afetam a população como um todo, mas os riscos e as consequências não se distribuem de forma aleatória entre os diferentes grupos sociais, posto que fragilizam, de forma mais contundente, o público usuário da Assistência Social, já expostos a contextos anteriores de vulnerabilidade e risco.

Na definição trazida pela LOAS (1993/2009a), os usuários são considerados “aqueles que dela necessitarem”, ou seja, todos os cidadãos que se encontram fora dos canais decorrentes de proteção pública: o trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sócio relacionais. A PNAS prioriza o atendimento a famílias e indivíduos que mais necessitam de proteção e suporte específico e a pessoas que mais necessitam de cuidados, mais expostas a situações de violação de direitos e violência, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, gestantes e nutrizes, povos e comunidades tradicionais, migrantes e refugiados, pessoas em situação de rua, pessoas vítimas de abuso e exploração sexual, trabalho infantil e outros.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS (BRASIL, 2010) - define os usuários como indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, com precário ou nulo acesso aos serviços públicos, com fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

A NOB SUAS (BRASIL, 2010) enfatiza a realização da garantia de proteção social ativa, isto é, o fato de não submeter o usuário ao princípio de tutela, mas à conquista de condições de autonomia, resiliência, sustentabilidade e protagonismo. Além disso, ela possibilita acesso a oportunidades como capacitações, serviços, condições de convívio e socialização, de acordo com a capacidade do usuário, preservando sua dignidade e projetos pessoal e social. Neste sentido, a dinâmica da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania considera o cidadão e a família não como objetos de intervenção, mas como sujeitos protagonistas da rede de ações e serviços, abrindo espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social¨

As emergências e as situações de inseguranças sociais que delas decorrem, incidem sobre a capacidade das famílias e indivíduos em superar danos, vencer preconceitos e estigmas, recuperar modos de vida e de subsistência. Ao lidar com o estresse, violações e rupturas ocasionadas por eventos involuntários, as populações demandam, ainda, atenção diferenciada e adequada para ampliar e fortalecer sua capacidade de enfrentar os agravos, as dificuldades, recompor laços sociais e traçar projetos futuros de vida. Em um contexto de emergência é necessário um olhar cuidadoso e minucioso para identificação do público afetado, e a priorização do atendimento, de acordo com cada situação, a fim de se viabilizar o acompanhamento destas pessoas.

A Portaria Interministerial nº 2, de 6 de dezembro de 2012 que instituiu o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, aponta este público como prioritários. Tal protocolo sugere atenção especial a indivíduos que devido à sua situação de dependência de cuidado, não podem por meios próprios, prover respostas a uma possíveis contextos de emergência.

Além disso, é necessário o olhar para públicos que já vivem de forma isolada e muitas vezes invisibilizados, como os povos e comunidades tradicionais e populações que vivem em zonas rurais como agricultores familiares, assentados e acampados, trabalhando na lógica da matricialidade sociofamiliar e do diagnóstico territorial, levando em consideração a grande diversidade sociocultural das famílias como forma de dar o devido atendimento. Muitas dessas comunidades ainda se encontram na invisibilidade, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos de discriminação e exclusão social. Nestes casos, é essencial a diretriz de respeito à cultura e a trajetória de vida das famílias e indivíduos.

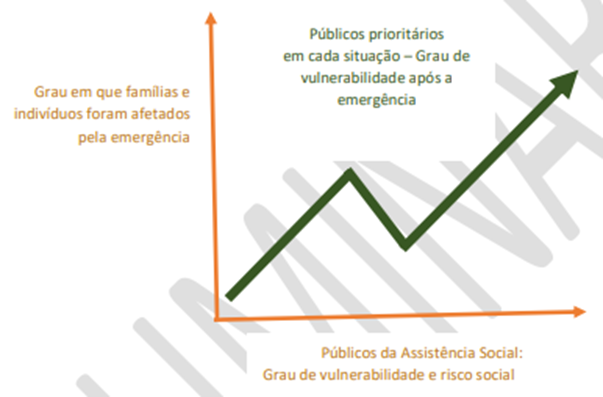
Ressalta-se que a necessidade de olhar atentamente para a população em situação de rua. Este é um grupo populacional bastante heterogêneo, caracterizado pela pobreza extrema, os vínculos familiares e comunitários interrompidos ou fragilizados e que, devido a inexistência de moradia, se encontra exposta a muitas situações de risco. Sendo assim, é essencial que a busca ativa a essas populações seja intensificada para que se diagnostique a real necessidade das comunidades, sobretudo em contextos de emergência socioassistencial. Somente com informações sobre os territórios e as populações que ali residem é possível realizar a articulação intersetorial, melhorias de acesso e atendimento.

Há também algumas situações bem peculiares dos contextos de emergência que trazem a priorização do atendimento a usuários como familiares de desaparecidos, desabrigados e desalojados. As pessoas desalojadas são aquelas que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes da emergência. Estes não necessariamente carecem de serviço de acolhimento, pois dispõem de alternativas como a casa de parentes/amigos, hotéis ou similares, entre outros. As pessoas desabrigadas são aquelas cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo temporário/provisório em serviço de acolhimento coordenado pelo poder público.

É importante ressaltar que os contextos de emergência socioassistencial não escolhem seus alvos. Muitas famílias e indivíduos afetados que anteriormente não eram público da Assistência Social, chegam à rede socioassistencial justamente em razão do contexto. Isso quer dizer que a Assistência Social precisa expandir os horizontes rotineiros de atuação para abarcar as novas famílias e indivíduos que passam a necessitar dela.

****

Para a escolha dos grupos prioritários é importante, levar em consideração os graus de vulnerabilidade e risco social das famílias e indivíduos que já são públicos da atuação da Assistência Social e o grau em que as famílias e indivíduos foram afetados pelo contexto de emergência.

****

**O QUE DEVE CONSTAR NOS OBJETIVOS?**

Os objetivos indicam a intencionalidade dos aspectos que se desejam alcançar. É importante evidenciar o objetivo geral e os principais objetivos específicos julgados aplicáveis à área de assistência social. Porém, cada unidade pode adaptá-lo e/ou acrescentar outros objetivos, se achar necessário .

**O QUE SÃO CENÁRIOS DE RISCO?**

Um cenário de risco corresponde, no mínimo, à identificação e à caracterização da(s) **ameaça(s)** que está(ão) motivando a elaboração desse plano, a definição do **território** ao qual o plano se reporta, bem como a identificação das **vulnerabilidades** que possibilitam que as **ameaças** possam se concretizar e a identificação das eventuais capacidades já instaladas ou a instalar.

Os cenários de risco previstos no Plano de Contingência deverão ser estabelecidos levando em conta as ameaças de eventos adversos, o **território** de implementação e alcance de medidas de prevenção e de contenção/restrição de contágio, as **vulnerabilidades** de todos os atores envolvidos e aquelas inerentes à estrutura física do estabelecimento de ensino, as suas capacidades instaladas em termos de espaço físico, recursos humanos e recursos financeiros.

**O QUE SE DEVE CONSIDERAR NO TERRITÓRIO?**

O território implica no espaço social em constante dinâmica, que deve ser compreendido para além dos limites geográficos e administrativos. (KROGA, 2009, p.31). O território é o espaço de aplicação do plano de contingência e pode ser impactado e impactar outros territórios, nomeadamente o bairro, a cidade e o estado em que vivemos.

A Norma Operacional Básica - NOB-SUAS/2005, destaca o território como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005, p. 43).

O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54).

**O QUE É AMEAÇA?**

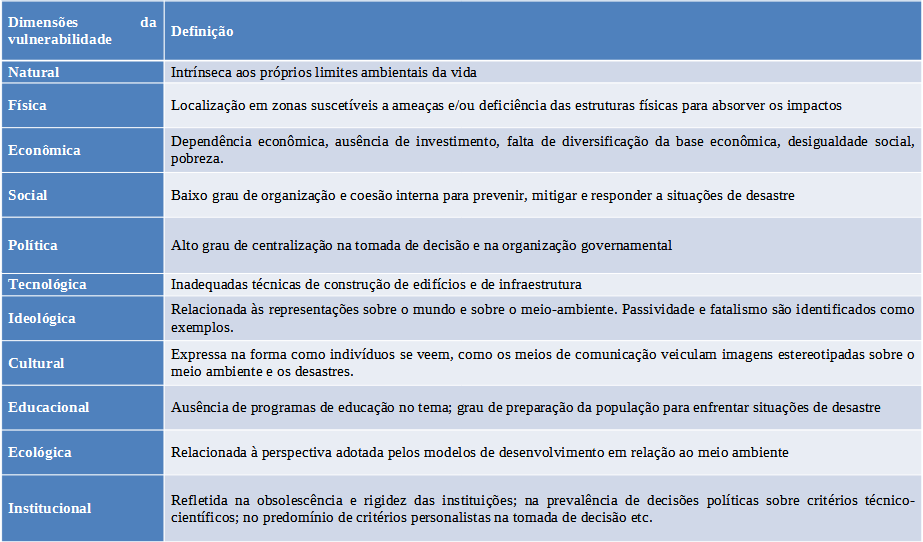
Ameaça é “um evento físico, potencialmente prejudicial, fenômeno e/ou atividade humana que pode causar a morte e/ou lesões, danos materiais, interrupção de atividade social e econômica ou degradação do meio ambiente” (MIN. SNPDC, 2017). Tais fenômenos podem ter diferentes origens e efeitos. Dentre as ameaças podemos mencionar a estiagem, o frio intenso, as inundações, as tempestades, a pandemia, entre outros.

**O QUE SÃO VULNERABILIDADES?**

As vulnerabilidades dizem respeito às condições preexistentes que “fazem com que os elementos expostos sejam mais ou menos propensos a ser afetados” (MIN. SNPDC, 2017). São as condições que facilitam que as ameaças possam se concretizar, gerando maiores impactos.

Elas podem ser sociais, econômicas, culturais, comportamentais, estruturais, ambientais, políticas, entre outras. No PlanconAS, devem ser identificadas e registradas as vulnerabilidades específicas de cada região e/ou local. Estas podem estar relacionadas com a natureza da infraestrutura e/ou equipamentos, localização, aspectos relativos ao tipo de atores, dentre outros.

**QUAIS SÃO AS DIMENSÕES DA VULNERABILIDADE?**

****

**O QUE É VULNERABILIDADE SOCIAL?**

“Vulnerabilidade social'' caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. (…) As pessoas que são consideradas “vulneráveis sociais” são aquelas que estão perdendo sua representatividade na sociedade, e geralmente dependem de auxílios de terceiros para garantirem a sua sobrevivência”

As pessoas que são consideradas “vulneráveis sociais” são aquelas que estão perdendo a sua representatividade na sociedade, e geralmente dependem de auxílios de terceiros para garantirem a sua sobrevivência. Não é sinônimo de pobreza, mas sim uma condição que remete a fragilidade da situação socioeconômica de determinado grupo ou indivíduo.

**O QUE SÃO CAPACIDADES INSTALADAS E CAPACIDADES A INSTALAR?**

Podemos considerar que uma capacidade instalada é uma pré-condição pessoal, social ou ambiental que, de alguma forma, ajuda na redução ou no enfrentamento do risco e, consequentemente, na mitigação de impactos, na redução do risco e na resiliência individual ou coletiva.

Trata-se de algo bastante específico a cada instituição, incluindo neste caso basicamente os recursos humanos, as características da estrutura física, de estrutura digital de apoio às atividades administrativas e capacidade de gestão financeira em contextos excepcionais, como em período de emergência.

A título de exemplo, possuir trabalhadores com formação profissional ou conhecimento no campo de gestão de riscos; a possibilidade de contar com apoio de técnicos e voluntários de outras áreas afins; ter infraestrutura adequada; número de pessoas suficiente para dar andamento às ações; dispor de parcerias e de informações relevantes que possam, de alguma forma, ajudar; entre outros.

Para facilitar a elaboração do PlanCon abaixo seguem alguns exemplos:

**Capacidades instaladas**

1. **Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas**

a) capacidade técnica das equipes envolvidas, em especial, quanto ao seu âmbito específico de atuação;

1. **Capacidades Gerenciais ou de Gestão**

b) participação no Comitê de Crise Municipal para planejamento e elaboração de diretrizes, plano de contingência e futuras ações;

1. **Capacidades Institucionais e Interinstitucionais**

a) articulação intersetorial de diferentes segmentos (educação, saúde, proteção e defesa civil, legislativo, sociedade civil, ministério público, entre outros);

b) utilização do espaço e da infraestrutura público municipais, para o enfrentamento aos eventos adversos;

1. **Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas**
2. dispor de Plano de Comunicação integrado;

b) disseminação e divulgação do plano de contingência junto às Unidades de Assistência Social local;

1. **Capacidades Comportamentais**
2. percepções de risco já desenvolvidas quanto aos eventos adversos ocorridos;
3. Resiliência e controle sócio emocional frente às crises já desenvolvidas na equipe;

**Capacidades a instalar**

1. **Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas**
2. necessidade de Capacitação/treinamento geral das equipes em diversos aspectos;
3. constituição das Comissões dos Serviços;
4. treinamentos sobre a elaboração do PlanCon, incluindo simulados
5. estabelecer fluxos de encaminhamento
6. **Capacidades Gerenciais ou de Gestão**
7. realização de simulados de mesa com a participação das coordenadorias regionais (colegiados de defesa civil e de assistência social, COREDECs), secretaria de desenvolvimento social, e integrantes municipais dos serviços;
8. elaboração dos planos de contingência dos serviços oferecidos pela rede socioassistencial do município;
9. Estabelecer protocolos internos
10. **Capacidades Institucionais e Interinstitucionais**
11. integração intersetorial - formação (definição de papéis, quem faz o que)
12. **Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas**
13. desenvolver Plano de Comunicação integrado;

b) disseminação e divulgação do plano de contingência de modo a contemplar todas as organizações envolvidas e em especial, as Unidades de Assistência Social

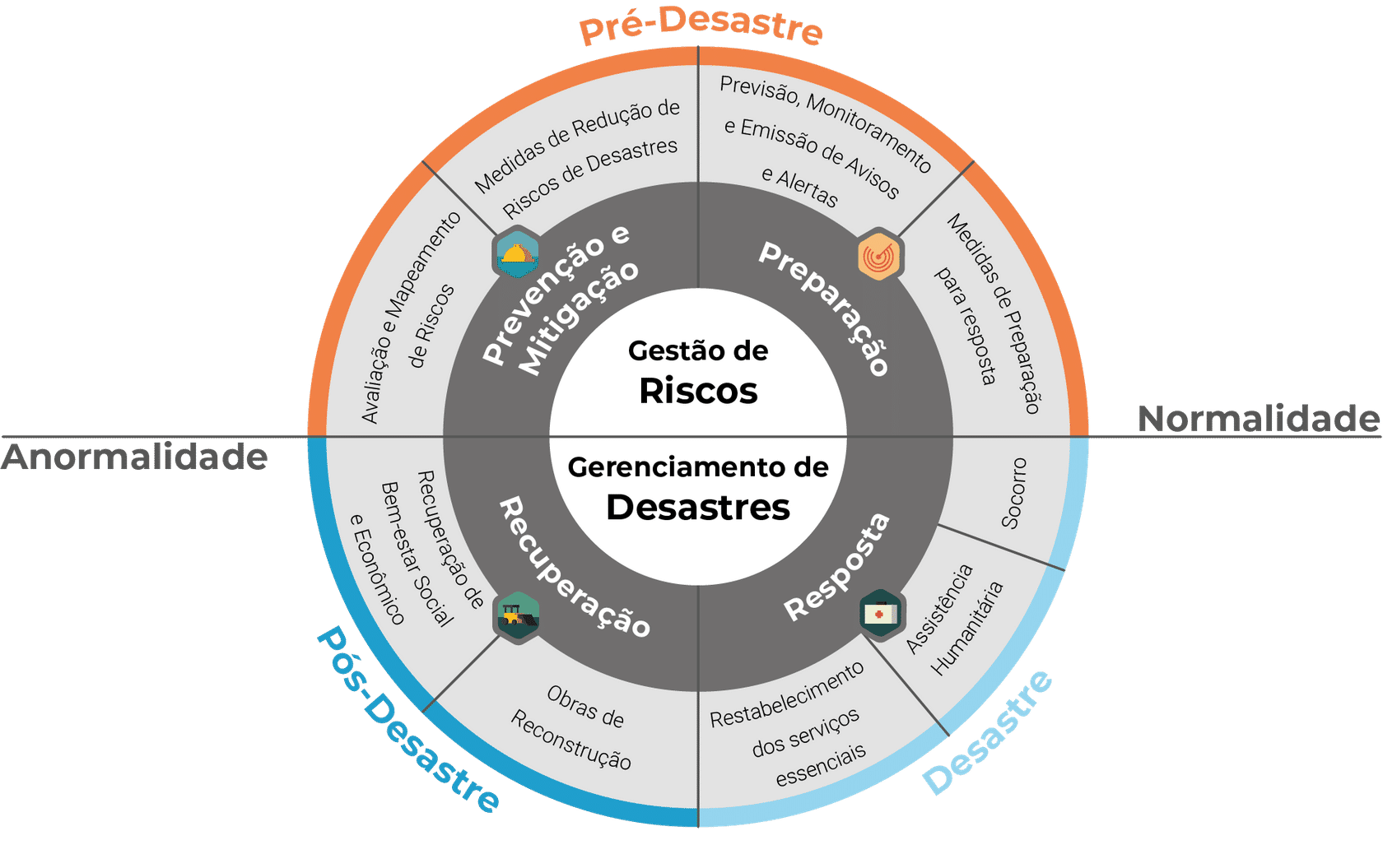
1. **Capacidades Comportamentais**
2. desenvolvimento de estratégias orientadas para que as equipes evoluam em suas percepções de risco face aos eventos adversos;
3. desenvolver mecanismos de resiliência de curto, médio e longo prazo;

**O QUE SÃO OS CICLOS DE GESTÃO DE RISCO E DE DESASTRES?**

A gestão de riscos é um conjunto de ações de prevenção, mitigação e preparação executadas anteriormente a um desastre, que ocorre no período de normalidade ou no chamado pré desastre/pré-emergência. A aplicação de políticas e estratégias de redução de risco de desastres possibilitam prevenir novos riscos, diminuir riscos existentes, gerenciar riscos residuais e se preparar para o enfrentamento de ameaças/perigos que podem causar desastres, contribuindo para fortalecer a resiliência e diminuir as perdas e danos.

O gerenciamento de desastres é um conjunto de medidas de resposta, reabilitação e recuperação, integradas e planejadas de acordo com o tipo de desastre e sua localidade, que se inicia durante a ocorrência do desastre (emergência), no período de anormalidade e se estende no período pós desastre/pós-emergência. Dentre as medidas de resposta estão as ações de socorro, a assistência humanitária e o restabelecimento de serviços, o que implica em rapidez e agilidade para o retorno a normalidade, e as ações de recuperação, sociais, econômicas e de reconstrução (reconstruir melhor), e que implica na busca de recursos e na elaboração de planos de trabalho.

A figura a seguir ilustra o ciclo completo de gestão de riscos e de desastres:



Fonte: Ceped/UFSC (2021)

**O QUE SIGNIFICA PREVENÇÃO?**

Consiste em tomar medidas e atividades prioritárias destinadas a evitar por completo a instalação de riscos e as consequências (danos e prejuízos) de um desastre.

**O QUE SIGNIFICA MITIGAÇÃO?**

Consiste em tomar medidas e atividades intencionais imediatamente adotadas para reduzir, limitar ou diminuir os impactos adversos das ameaças/perigos (geológicos, climatológicos, hidrológicos, meteorológicos, ou mesmo tecnológicos), e suas consequências a valores aceitáveis de risco.

**O QUE SIGNIFICA PREPARAÇÃO?**

Consiste em estabelecer medidas de gestão intersetorial (planejamento, coordenação, execução e de tomada de decisão), com o objetivo de otimizar as ações de resposta e de recuperação dos desastres, minimizando perdas e danos decorrentes do desastre, de modo a diminuir as vulnerabilidades e aumentar as capacidades necessárias para melhor enfrentar as adversidades e as incertezas. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de acordos e diretrizes; preparação de equipes e suprimentos; atividades de capacitação e treinamento; plano de contingência; realização de exercícios simulados.

**O QUE SIGNIFICA RESPOSTA?**

São medidas emergenciais, executadas durante e/ou após a ocorrência de um desastre, destinadas a socorrer e assistir a população afetada e restabelecer os serviços essenciais, preferencialmente no mais curto espaço de tempo possível.

**O QUE SIGNIFICA RECUPERAÇÃO?**

São medidas desenvolvidas após o desastre, destinadas a restabelecer a situação de normalidade, que abrangem a reconstrução de infra estrutura danificada/destruída e a reabilitação do meio ambiente e da economia, visando ao bem-estar social.

**O QUE SÃO OS NÍVEIS DE MOBILIZAÇÃO?**

Os níveis de risco ou mobilização são os diferentes graus de amplitude e intensidade de manifestação da ameaça e, consequentemente, seus impactos que condicionam o tipo de resposta que deve ser dada. No Plancon-AS estabelecemos 5 (cinco) níveis de mobilização por classes de dano da DCSC, e que implicam no acionamento das equipes, dos órgãos, ativação dos abrigos, entre outras ações a saber: Normalidade - Cód 0 - cor Verde que corresponde a Prevenção, Mitigação e Preparação; NOTIFICAÇÃO - Cód 1 - Nìvel Amarelo que corresponde a Prontidão; CONVOCAÇÃO - Cód 2 - Nível Laranja e MOBILIZAÇÃO - Cód 3 - Nível Vermelho ambos correspondem a resposta; RECUPERAÇÃO - Cód 4 - Nível Azul que corresponde a Reabilitação e Recuperação.

**O QUE É GOVERNANÇA?**

É um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, que servem para avaliar, direcionar e monitorar a condução de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade. O fortalecimento da governança para a gestão de riscos e de desastres é necessária e promove a colaboração e parcerias interinstitucionais para a implementação de instrumentos de redução de riscos e o desenvolvimento sustentável.

No âmbito do PlanCon-AS, isto deve ocorrer mediante um responsável ou uma equipe responsável para fazer a intermediação entre o grupo das dinâmicas operacionais, do Sistema de Comando Operacional (Unidade de Gestão Operacional) e do Sistema de Alerta e Alarme (Sistema de Vigilância e Comunicação), aumentando assim a confiança e a capacidade de colaboração entre os entes envolvidos.

**O QUE SÃO AS DINÂMICAS OPERACIONAIS?**

São todas as ações necessárias para trabalhar o nível operacional de resposta do Plancon, considerando os níveis de mobilização, assim como a capacitação, o treinamento e os simulados.

Compreendem os procedimentos, os planos de ação e os protocolos a serem implementados, sendo que, todos os aspectos incluídos em legislação e determinações pertinentes, devem ser considerados, como por exemplo as recomendações de autoridades nacionais e internacionais.

As dinâmicas ou ações operacionais devem ser pensadas e elaboradas para cada nível de mobilização, especificamente para a fase de resposta, e posteriormente a fase de Recuperação. Embora, em qualquer uma das fases possam ser necessárias alterações ou adensamentos nas dinâmicas e ações, por considerar a dinâmica do evento.

A organização das dinâmicas e ações operacionais, embora seguindo o mesmo padrão geral, assume características específicas em cada situação concreta.

O Plano de Contingência tem como objetivo ser um instrumento prático para uma utilização fácil e rápida levando à ação imediata em todos e quaisquer eventos que necessitem sua operacionalização. Neste sentido, faz-se necessário o detalhamento das ações, a indicação de responsáveis e os procedimentos adotados em cada ação, de forma a proporcionar uma consulta rápida e facilitada, contribuindo assim para a tomada de decisões.

Recomenda-se a elaboração de quadros com as dinâmicas de ações, tabelas, esquemas, fluxogramas e outras representações gráficas, bem como esquemas da operacionalização de certas medidas no território concreto de cada estabelecimento e em cada modo específico de funcionamento, para facilitar a sua compreensão e a sua visualização.

**QUAL A DIFERENÇA ENTRE PROTOCOLOS, PROCEDIMENTOS E PLANO DE AÇÃO?**

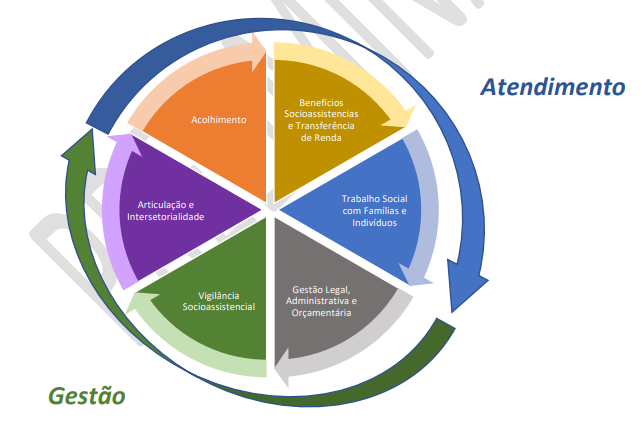
**Protocolo** é o conjunto das informações, decisões, normas e regras definidas a partir de um ato oficial. Pode variar desde um conjunto de formalidades públicas até a critérios a serem cumpridos na execução de determinada atividade. São todos os procedimentos padrões e obrigatórios a serem executados para completar determinado processo ou atingir a finalidade pretendida.

**Procedimento** é o modo como algo é executado, ou seja, como é feito o processo de determinada coisa. É a maneira como alguém deve agir numa situação específica. O conceito de procedimento pode ser aplicado em diferentes áreas que necessitem do cumprimento de uma ordem para a correta execução de um processo.

**Plano de Ação** é uma forma organizada e que segue uma metodologia definida para estabelecer as metas e os objetivos, as atividades que deverão ser realizadas, apontar os responsáveis por desenvolver cada uma delas e acompanhar o andamento de um projeto, para que se possa atingir os melhores resultados.

**NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, O QUE PODERIA SER CONTEMPLADO NO QUE SE REFERE ÀS DINÂMICAS OPERACIONAIS GERAIS?**

Estas dinâmicas previstas para operacionalização do Placon-AS envolvem questões dos eixos Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária, Vigilância Socioassistencial, Trabalho Social com Famílias e indivíduos, Benefícios Socioassiostenciais e Transferência de Renda, Acolhimento, Articulação e Intersetorialidade. Tais dinâmicas são elucidadas a seguir.

****

**O QUE SIGNIFICA O EIXO GESTÃO LEGAL, ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA?**

Tem por objetivo indicar as ações necessárias quanto à gestão normativa, administrativa e orçamentária para atuação nas situações de pré-emergência, emergência e pós-emergência em âmbito municipal/distrital, estadual e federal. Implica também o gerenciamento das ações de compras para itens de assistência humanitária como material de limpeza, alimentação, entre outros.

**O QUE SIGNIFICA O EIXO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL?**

Tem como responsabilidade a produção, sistematização e análise das informações tempestivas e confiáveis que são tão difíceis de serem consolidadas durante uma emergência. Por meio das informações, a Vigilância Socioassistencial apoia atividades de planejamento, organização e execução das ações realizadas pela gestão da emergência e pelos serviços que atuam neste momento.

Segundo a NOB/SUAS/2012, no artº 87, a Vigilância Socioassistencial deve ser realizada por meio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações em determinados territórios, tendo em vista os dois eixos:

I. Situação de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios e

II. do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

De acordo com as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, a NOB/2005 já apontava como ações da Vigilância o levantamento dos aspectos relativos à presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território, a produção e organização de dados, indicadores, informações e análises com a finalidade de contribuir para a prevenção e redução de agravos, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da Política de Assistência Social.

**O QUE SIGNIFICA O EIXO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS?**

Têm centralidade na família e no território, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no território de vivência. Atende as necessidades dos usuários através de dois níveis de proteções: a proteção social básica e a proteção social especial, visando à provisão de serviços, programas, projetos e benefícios e integrando as ações das demais políticas setoriais, e também por outras organizações da sociedade civil.

**O QUE SIGNIFICA O EIXO BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA?**

Traz a atuação da Assistência Social no que se refere aos benefícios, sistematizando informações sobre a oferta (concessão e entrega) de Benefícios Eventuais, procedimentos a serem adotados quanto ao Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e em relação ao Programa Bolsa Família (PBF).

**O QUE SIGNIFICA O EIXO ACOLHIMENTO?**

Os serviços de acolhimento compõem a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS e pode ser ofertado para diferentes públicos e modalidades: crianças e adolescentes, adultos e famílias, pessoas com deficiência, pessoas idosas, entre outros. Deve assegurar proteção integral a famílias e indivíduos afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitário de origem e atuar no resgate dos vínculos familiares e comunitários, ou para a construção de projetos de vida a partir de novas referências. Entre as possibilidades de oferta, estão os acolhimentos emergenciais para famílias e indivíduos desabrigados ou desalojados, que visam promover apoio e proteção à população afetada com a oferta de alojamentos provisórios, assegurando provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social.

**O QUE SIGNIFICA O EIXO ARTICULAÇÃO E INTERSETORIALIDADE?**

A gestão de contextos de emergência socioassistencial implica na adoção de medidas que envolvam diversos setores e atores sociais, tendo como objetivo desenvolver um conjunto de ações e políticas públicas voltadas à proteção social, principalmente no alcance da identificação e de soluções das vulnerabilidades existentes no território. Por sua complexidade, ao envolver uma gama variada de setores, a intersetorialidade exige atenção e planejamento, de forma a não deixar em segundo plano os vínculos existentes e já estabelecidos, as memórias e os direitos individuais e coletivos, e demais aspectos subjetivos envolvidos.

**O QUE SIGNIFICA GESTÃO DE PESSOAS?**

É o gerenciamento referente a todo o conjunto de protocolos, procedimentos e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as pessoas ou recursos humanos, incluindo ações de treinamento, seleção de pessoal para atuar junto à estrutura de comando operacional, assim como, no recebimento de documentação, fechamento de relatório de controle de frequência, protocolos e atendimento de demandas pontuais.

**O QUE PODERIA SER CONTEMPLADO NAS DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS DO NÍVEL DE PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO E PREPARAÇÃO?**

Conforme consta nas Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial, sugerimos:

EIXO I - 1.60. Compor instância intersetorial (comissão/gabinete/comitê/grupo de crise) criada no contexto pré-emergência ou no contexto emergência para resposta à situação. (vide Eixo Articulação e Intersetorialidade);

EIXO I - 1.61. Organizar a atuação do SUAS no território de modo articulado às ações de proteção e defesa civil, saúde e demais ações das diversas políticas públicas, disponibilizando informações sobre as ofertas de serviços, benefícios e provisões socioassistenciais, em especial no âmbito do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil e na instância intersetorial comissão/gabinete/comitê/grupo de crise) local, criada para o planejamento e resposta à situação de emergência. (vide Eixo Articulação e intersetorialidade);

EIXO I - 1.66. Assegurar, no órgão gestor da política de assistência social, pontos focais para coordenar as ações correspondentes às diversas áreas de atuação do SUAS no contexto da emergência: trabalho social com famílias; acolhimento provisório, vigilância socioassistencial, concessão de benefícios socioassistenciais, relação intersetorial, entre outras;

EIXO I - 1.76. Acionar, preparar e coordenar a atuação de profissionais e organizações da sociedade civil que compõem a rede socioassistencial inseridas no cadastro municipal e do DF de profissionais que possam ser designados a atuar nos contextos de emergência

EIXO I - 1.80. Realizar reuniões periódicas junto à coordenação e aos profissionais dos serviços, programas e benefícios, visando ao acompanhamento, à avaliação e ao aprimoramento das ações e ofertas socioassistenciais.

EIXO II - 2.28. Articular com as equipes socioassistenciais para disponibilização e disseminação dos dados e informações sobre emergência socioassistencial no município/DF

EIXO II - 2.30. Fazer o registro das informações necessárias ao processo de gestão das informações no contexto da emergência, por exemplo: ü Para organizar processos recebimento de donativos, distribuição.; ü Para cadastrar voluntários e suas potencialidades; ü Fluxo de entrada e saída de pessoas usuárias das unidades de acolhimento provisório.

EIXO II - 2.37. Realizar registro, controle e diagnóstico do perfil socioeconômico das famílias e indivíduos dentro das unidades de acolhimento.

EIXO II - 2.39. Mapear as unidades socioassistenciais públicas e privadas afetadas e repassar estas informações para as autoridades locais

EIXO III - 3.24. Estabelecer uma coordenação do TSF, a partir da indicação de profissionais para atuarem como ponto focal, articulada à gestão municipal, que deve dar as diretrizes sobre os atendimentos emergenciais às famílias, propor metodologia, apoiar e atender as necessidades das equipes, dialogar com os(as) coordenadores(as), estabelecer fluxos entre serviços do SUAS e demais políticas, além de centralizar, sistematizar e disponibilizar as informações atualizadas

EIXO III - 3.37. Orientar e atuar de forma articulada com voluntários, caso estes sejam incorporados ao atendimento às famílias pelo órgão gestor, prezando para que os voluntários sejam conhecedores do SUAS e do TSF. (Vide Eixo Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária)

EIXO III - 3.38. Orientar e mobilizar a comunidade local, estimulando ações de solidariedade mútua e apoiando estratégias coletivas de superação de estigmas e superação dos desafios vivenciados pelas famílias e territórios

EIXO III - 3.25. Priorizar a manutenção do funcionamento das unidades socioassistenciais nos territórios, salvo nos casos em que o própria contexto de emergência inviabilize o seu funcionamento, realizando as adequações necessárias para a continuidade do atendimento às famílias.

EIXO IV - 4.45. Identificar o público prioritário para definição de procedimentos mais ágeis e seguros, evitando situações que tragam ou agravem riscos no contexto da emergência na oferta do benefício eventual, tendo por base o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e considerando outros públicos prioritários que possam surgir a partir de contextos específicos de emergência.

EIXO IV - 4.48. Criar procedimentos de concessão e entrega que garantam a segurança dos profissionais do SUAS e das famílias e indivíduos atendidas.

EIXO IV - 4.52. Fomentar a normatização de um benefício eventual específico para os contextos de calamidade e emergência no município ou DF através de Decreto, caso nenhuma modalidade do benefício eventual esteja regulamentada

EIXO IV - 4.54. Assegurar, por meio do acesso aos benefícios eventuais, a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal, conforme as responsabilidades precípuas das políticas de Assistência Social, de Defesa Civil, Habitação, entre outras.

EIXO IV - 4.55. Conceder o benefício eventual, preferencialmente, no contexto do Trabalho Social com Famílias dos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, assegurando sua integração às demais ações da rede socioassistencial e ações de outras políticas públicas, conforme regulamento local.

EIXO IV - 4.57. Considerar que a ausência de informação sobre endereço de domicílio dos demandantes não deve ser um obstáculo que impeça a concessão de benefícios eventuais.

EIXO IV - 4.60. Conhecer a aplicar os atos normativos editados nacionalmente que possibilitem aos beneficiários do BPC a antecipação do pagamento do benefício e do calendário.

EIXO IV - 4.67. Articular com os canais de pagamento locais, buscando soluções para mitigar problemas que os beneficiários estejam tendo no acesso ao pagamento devido à emergência, por exemplo, a ampliação do horário de atendimento dos canais de pagamento e atendimento diferenciado para grupos populacionais específicos

EIXO IV - 4.68. Articular com a Coordenação Estadual do PBF caso sejam necessárias intervenções em âmbito estadual, quando há necessidade de interlocução com as Superintendências Regionais da CAIXA para a solução de problemas relacionados ao pagamento do benefício.

EIXO V - 5.22. Com base nas informações coletadas via Formulário Nacional para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergência Social e Calamidade Pública no SUAS e nas informações oficiais da área de proteção e defesa civil, identificar a necessidade de estruturar serviços de acolhimento provisório nas modalidades abaixo, privilegiando, sempre que possível, opções de acolhimento emergencial não institucional para atender às necessidades de famílias e indivíduos desabrigados ou desalojados (especialmente quando se tratar de núcleos familiares):

a) Acolhimento emergencial na rede hoteleira: locação temporária pelo poder público, por meio de contrato de hospedagem (hotéis, pousadas, dentre outros) para serem utilizados como moradia provisória;

b) Acolhimento emergencial em moradia provisória: locação temporária pelo poder público de moradia para cada grupo familiar, desde que tenha total pertinência com o serviço e por tempo determinado;

c) Acolhimento emergencial em alojamento provisório: por meio da utilização de locais disponíveis na rede: clubes, igrejas, escolas, associações, entre outros. 5.23. Ofertar benefício eventual destinado ao pagamento de aluguel temporário para famílias e indivíduos desabrigados ou desalojados devido ao contexto de emergência.

EIXO V - 5.24. Manter uma coordenação geral para a gestão dos serviços de acolhimento emergenciais, sob a coordenação do órgão gestor de Assistência Social.

EIXO V - 5.26. Implantar sistema de rede integrando os dados a serem utilizados pelos técnicos que atuam nos alojamentos provisórios e nas demais modalidades de acolhimento emergencial não institucional.

EIXO V - 5.29. Manter condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e dignidade nos alojamentos provisórios, assegurando o cumprimento das normas sanitárias e de acessibilidade, de acordo com as orientações da Vigilância Sanitária.

EIXO V - 5.30. Aprimorar as instalações dos alojamentos provisórios quando as condições de acolhimento não forem possíveis de imediato.

EIXO V - 5.46. Estabelecer parceria com a Secretaria de Segurança, Guarda Municipal ou similar, para garantir a segurança das famílias e indivíduos acolhidos e a segurança do patrimônio público, definindo escala de atuação de forma ininterrupta.

EIXO V - 5.51. Elaborar levantamento por meio da escuta qualificada e com o uso do Formulário Nacional para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergência Social e Calamidade Pública no SUAS, com o objetivo de identificar e analisar o perfil das famílias e indivíduos, e assim conhecer suas demandas e necessidades para desenvolver a autonomia e fortalecer as potencialidades individuais e coletivas. (vide Eixo Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária e Eixo Vigilância Socioassistencial)

EIXO V - 5.52. Priorizar metodologia que possibilite o atendimento das famílias e indivíduos de forma personalizada, e, quando for pertinente utilizar metodologias de trabalho coletivo, adequá-las à realidade e às características das famílias e indivíduos em acolhimento

EIXO V - 5.61. Garantir, em parceria com a política pública de educação, a continuidade das ações educacionais para as famílias e indivíduos acolhidos, contribuindo no processo de planejamento e reorganização das atividades escolares.

EIXO V - 5.62. Garantir, em parceria com a política pública de saúde, a continuidade dos atendimentos médicos e psicológicos que as famílias e indivíduos já faziam antes do acolhimento e garantir atendimento às novas demandas advindas do contexto de emergência.

EIXO V - 5.63. Desenvolver metodologias voltadas para a construção/reconstrução de projetos de vida, de vínculos familiares, comunitários e sociais, com dignidade e respeito à vontade das famílias e indivíduos acolhidos

EIXO V - 5.68. Articular com o Sistema de Justiça para promover o encaminhamento das famílias e indivíduos afetados para serviços e programas de apoio jurídico nas situações em que as mesmas tenham direito a indenizações de qualquer natureza ou estejam envolvidas em processos judiciais por danos individuais ou coletivos.

EIXO V - 5.70. Construir redes de apoio entre os profissionais envolvidos no processo de acolhimento das famílias e indivíduos, mantendo práticas de autocuidado e de preservação da saúde física e psicológica (vide Eixo Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária).

EIXO V - 5.74. Nos municípios/DF onde houver Serviço de Famílias Acolhedora, pode ser avaliada a possibilidade de ampliação das vagas de acolhimento familiar. Em contextos de emergência, as famílias acolhedoras que compõem o serviço podem ser sensibilizadas a receber mais de uma criança ou adolescente por vez, desde que sejam realizados todos os procedimentos necessários para garantir o melhor interesse das crianças e adolescentes acolhidos.

EIXO VI - 6.35. Executar o planejamento prévio próprio e as previsões presentes no plano de contingência intersetorial para os contextos de emergência, de modo articulado com o órgão de proteção e defesa civil e demais setores e políticas públicas.

EIXO VI- 6.37. Realizar, em conjunto com as demais áreas intersetoriais, a interlocução com as organizações da sociedade civil de abrangência municipal ou distrital para atuar em parceria no atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos afetados.

EIXO VI - 6.38. Articular, com a área de proteção e defesa civil, órgão de saúde e demais áreas envolvidas – em especial órgãos específicos, o atendimento aos povos e comunidades tradicionais existentes no território, bem como às pessoas que vivem em áreas isoladas e de difícil acesso. Viabilizar/articular transporte seguro, quando necessário.

EIXO VI - 6.39. Articular com as demais áreas intersetoriais a identificação e mobilização de profissionais previamente cadastrados com conhecimentos em outras áreas para atuar nas ações emergenciais, caso necessário.

EIXO VI - 6.43. Articular com as instituições responsáveis pela emissão de documentos (Receita Federal, Polícia Civil, cartórios, entre outros).

EIXO VI - 6.44. Atuar junto às empresas de transporte, visando solicitar a disponibilização de atendimento humanizado à mulher gestante, pessoas com deficiência, idosos, famílias com crianças pequenas e de colo, oferecendo um transporte seguro, caso seja necessário.

EIXO VI - 6.46. Articular com a política de educação para garantir a continuidade das ações educacionais para as famílias e indivíduos afetados, incluindo os acolhidos em serviços de acolhimento, contribuindo no processo de planejamento e reorganização das atividades escolares.

EIXO VI - 6.49. Estabelecer fluxos com as demais áreas e participar da coordenação compartilhada para o acolhimento de famílias e indivíduos desabrigados, em comunicação com os demais órgãos setoriais, auxiliando na melhor distribuição nos abrigos temporários e outras formas de acolhimento. (Vide Eixo Acolhimento).

EIXO VI - 6.51. Articular com sistema de justiça e demais órgãos visando apoiar as famílias afetadas por contextos que resultem em emergências decorrentes de desastres provocados por agentes externos, visando ao atendimento e proteção social das famílias e indivíduos, no sentido de garantir os seus direitos individuais e coletivos.

EIXO VI - 6.52. Fomentar a troca de informações e cruzamento de bases de dados entre os diferentes órgãos setoriais que atuam no contexto da emergência com a finalidade de criar diagnósticos integrados para a atuação conjunta em rede.

**O QUE PODERIA SER CONTEMPLADO NAS DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS DO NÍVEL DE RESPOSTA?**

Conforme consta nas Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial, sugerimos:

EIXO I - 1.72. Assegurar condições, físicas e materiais, para a realização do trabalho social com as famílias e indivíduos afetados por contextos de emergência socioassistencial, contemplando os novos casos e dando continuidade ao atendimento/acompanhamento daqueles já inseridos na rede socioassistencial. (vide Eixo Trabalho Social com Famílias e Indivíduos)

EIXO I - 1.78. Providenciar, quando necessário e em conjunto com as coordenações das unidades socioassistenciais em funcionamento, escalas de trabalho dos profissionais e voluntários para atuar em regime escalonado de plantão.

EIXO II - 2.32. Identificação e mapeamento do número de indivíduos e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) afetadas, a fim de se verificar a necessidade de solicitação de quebra de calendário do PBF e BPC, bem como o adiantamento do BPC.

EIXO II - 2.33. Produzir relatórios periódicos sobre as demandas da população, por nível de proteção para a Assistência Social.

EIXO II - 2.34. Identificação e mapeamento do número de indivíduos e de famílias afetadas que precisam da concessão de benefícios eventuais.

EIXO II - 2.35. Encaminhar, após avaliação da situação, as informações sobre as demandas emergenciais coletadas junto à população afetada aos órgãos de defesa e de garantia de direitos, outras políticas, ao empreendedor causador do dano (se for o caso) ou outros atores.

EIXO II - 2.36. Sistematizar as informações necessárias para solicitar a disponibilização de recursos federais e estaduais, quando houver

EIXO I - 1.65. Mobilizar recursos financeiros e solicitar o cofinanciamento federal e/ou estadual, quando necessário, conforme legislação vigente, atentando-se para as alterações que venham a ocorrer nos normativos relacionados ao assunto.

EIXO I - 1.75. Avaliar a necessidade e providenciar, quando necessário, o incremento de recursos humanos para assegurar as ofertas socioassistenciais frente às novas demandas decorrentes da emergência socioassistencial.

EIXO II - 2.26. Caso as atividades pré-desastre não tenham sido realizadas, verificar a possibilidade e pertinência de realização das mesmas.

EIXO V - 5.47. Fazer os rearranjos de profissionais (realocação de outros serviços na rede socioassistencial, cessão de outras políticas públicas e/ou contratações temporárias) para atuarem junto às famílias e indivíduos que estejam desabrigados ou desalojados, observando as normativas e orientações referentes à contratação de profissionais dos SUAS tais como: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), Resoluções CNAS n° 17, de 20 de junho de 2011, e n° 09, de 15 de abril de 2014,e Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS.

EIXO V - 5.48. Solicitar ao órgão gestor, caso necessária, a cessão de profissionais da rede socioassistencial já cadastrados, inclusive a contratação de novos servidores temporários, visando ao reforço do atendimento à famílias e indivíduos que estão acolhidos nos alojamentos provisórios ou nas opções de acolhimento emergencial não institucional (acolhimento na rede hoteleira ou em moradias temporárias).

EIXO VI - 6.48. Contribuir no compartilhamento de informações sobre as famílias e indivíduos, bem como sobre as condições do território, aos órgãos responsáveis pela evacuação de pessoas das áreas de risco, bem como aos demais órgãos que demandarem estas informações para melhor atendimento das famílias, respeitando-se os limites necessários que não contrariem o sigilo das informações e a ética profissional.

EIXO I - 1.56. Apoiar e subsidiar a administração pública municipal/distrital, quando necessário, na elaboração do processo de decretação da situação de emergência, estado de calamidade pública no município.

EIXO I - 1.57. Acompanhar a coordenação das ações de proteção e defesa civil local, a decretação e reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública, o preenchimento de sistema informatizado e outras atividades afins, quando necessárias.

EIXO I - 1.59. Coordenar, organizar e acompanhar as medidas e ações socioassistenciais emergenciais de resposta no território (públicas estatais e organizações da sociedade civil), inclusive a oferta do Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e de Emergências, assegurando comando único quanto à atuação do SUAS.

EIXO I - 1.73. Coordenar e orientar, no âmbito do SUAS, a organização e distribuição de donativos às famílias e indivíduos afetados e que são atendidos na rede socioassistencial, conforme definições locais.

EIXO I - 1.74. Assegurar meios para o registro de informações/cadastramento, por meio de formulário padronizado - Formulário Nacional para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergências e Calamidades Públicas no âmbito do SUAS - visando à identificação das famílias e indivíduos afetados, suas demandas e necessidades;

EIXO I - 1.77. Coordenar a atuação de voluntários selecionados para as ofertas socioassistenciais, incluindo a disposição e o acompanhamento destes nas unidades de atendimento e a preparação e capacitação necessárias para o desempenho das atividades. Realizar esta ação em parceria com a coordenação e equipe das unidades do SUAS.

EIXO I - 1.90. Acompanhar e monitorar a execução das ações socioassistenciais em todo o território até a desmobilização, potencializando-as ou ajustando-as quando preciso.

EIXO II - 2.27. Avaliar, por meio de diagnóstico emergencial, a situação da população afetada, seu perfil e suas necessidades imediatas, sobretudo do público da Assistência Social, públicos prioritários e situações de maior vulnerabilidade, através de: ü Informações disponibilizadas pela Defesa Civil, outros órgãos competentes ou registros administrativos do município/DF; ü Informações produzidas pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que tem maior conhecimento sobre seu território de atuação; ü Preenchimento do Formulário Nacional para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergências e Calamidades Públicas no âmbito do SUAS.

EIXO II - 2.29. Coordenar e executar o processo de busca ativa e garantir que o registro de famílias afetadas e suas necessidades imediatas pelo Formulário Nacional para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergências e Calamidades Públicas no âmbito do SUAS, orientando para a priorização do cadastro de desabrigados, desalojados e demais públicos prioritários.

EIXO II - 2.31. Identificação, dentre os afetados, do público prioritário no município/DF: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, gestantes e nutrizes e outros que se julgar necessário, a fim de permitir a priorização do acompanhamento destas pessoas.

EIXO II - 2.38. Apoiar a construção de processos de monitoramento e informar às autoridades locais a real situação do público acolhido – quantidade de pessoas acolhidas, perfil, existência de sub ou superlotação etc.

EIXO II - 2.40. Realizar diagnóstico sobre as equipes técnicas existentes na rede socioassistencial, rodízio de atendimento e a quantidade de demanda, a fim de subsidiar a gestão na decisão de suplementação de equipe técnica, caso seja necessário.

EIXO II - 2.41. Criar mecanismos de produção e distribuição organizada de informações para que as equipes técnicas estejam sempre subsidiadas com informações corretas, atualizadas e oficiais.

EIXO III - 3.26. Garantir o alcance e a celeridade dos atendimentos aos afetados, realizando as adequações necessárias ao contexto de emergência, inclusive na reorganização das equipes técnicas, de forma a assegurar as ofertas de proteção, orientação e informação às famílias, para melhor atendimento das suas necessidades.

EIXO III - 3.27. Organizar postos de atendimento descentralizados da Assistência Social nas localidades em que se erificarem aumento expressivo da demanda, além da incidência de maior vulnerabilidade ou risco social oriundos da emergência, contemplando também os territórios isolados e afastados, criando cronogramas e escalas de atendimento.

EIXO III - 3.28. Disseminar informações e orientações aos afetados usando, de acordo com a necessidade, meios de comunicação como carros de som, telefonemas, recursos virtuais (e-mail, redes sociais, vídeo chamada), entre outros, quando se mostrar viável, para divulgar o funcionamento da rede socioassistencial, a oferta de benefícios socioassistenciais e de

transferência de renda, as possíveis adaptações no atendimento e especificidades do contexto de emergência.

EIXO III - 3.29. Priorizar o acolhimento e a escuta qualificada dos afetados, recebendo dúvidas e demandas, prestando orientações em linguagem simples, clara e assertiva, sendo importante demonstrar atenção, compreensão e disponibilidade para estabelecimento da relação de confiança entre os afetados e a equipe.

EIXO III - 3.30. Prestar atendimento socioassistencial aos afetados, reconhecendo os aspectos objetivos, como perda de renda, da moradia, agravos de vulnerabilidades sociais, aumento da violência e violação de direitos, mas também as questões subjetivas, como trauma, luto, medo, revolta, ansiedade, angústia e solidão, entre outras.

EIXO III - 3.31. Preenchimento do Formulário Nacional para Registro de informações de Famílias e indivíduos em Situações de Emergências e Calamidades Públicas no âmbito do SUAS. (Vide Eixo Vigilância Socioassistencial).

EIXO III - 3.32. Inserção das famílias e indivíduos nos serviços, programas, benefícios socioassistenciais e de transferência de renda e encaminhamento à rede socioassistencial e a outras políticas públicas, conforme o caso.

EIXO III - 3.33. Identificar a necessidade de proteção e suporte específico a pessoas que necessitam de cuidados, mais expostas a situações de violação de direitos e violência, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, gestantes e nutrizes, povos e comunidades tradicionais, migrantes e refugiados, pessoas em situação de rua, pessoas vítimas de abuso e exploração sexual, trabalho infantil e outros que se julgar necessário de acordo com o contexto de emergência, a fim de se viabilizar o acompanhamento prioritário destas pessoas.

EIXO III - 3.34. Atuar de forma articulada com os demais setores envolvidos no contexto da emergência como a área de proteção e defesa civil, habitação, saúde, segurança alimentar e nutricional, segurança pública, órgão de defesa de direitos, sistema de justiça, conselho tutelar, entre outros. (Vide Eixo Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária e Eixo Intersetorialidade).

EIXO III - 3.35. Trabalhar de forma articulada com os serviços de acolhimento e encaminhar, quando necessário, para inserção correspondente no serviço, considerando a organização da rede de acolhimento local no momento da emergência. (Vide Eixo Acolhimento e Eixo Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária).

EIXO III - 3.36. Participar dos processos de organização e distribuição de doações, quando o Governo Municipal definir que o órgão gestor da Assistência Social assumirá responsabilidades relativas a essa ação.

EIXO IV - 4.46. Garantir divulgação ampla do benefício eventual no território, utilizando diferentes estratégias de comunicação como comunicação em carros de som, recursos virtuais (e-mail, redes sociais, vídeo chamadas), entre outros.

EIXO IV - 4.47. Elaborar procedimentos de entrega para grupos de risco que não podem se deslocar para o recebimento, como pessoas idosas e pessoas com deficiência e/ou com dificuldade de locomoção.

EIXO IV - 4.49. Identificar, em parceria com o setor de Vigilância Socioassistencial, à população que está aguardando decisão para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), para avaliar a necessidade dessa população acessar benefícios eventuais.

EIXO IV - 4.50. Identificar quais os benefícios regulamentados no município ou DF atendem contextos de calamidade e emergência e ofertar os benefícios eventuais em conformidade com as normativas existentes no município ou DF.

EIXO IV - 4.51. Atender as demandas da população observando os regramentos locais gerais de benefícios eventuais que preveem a oferta em situações de nascimento, morte e vulnerabilidade temporária quando não houver regulamentação específica para os contextos de emergência no município ou DF.

EIXO IV - 4.59. Priorizar o atendimento ao público do BPC nos serviços socioassistenciais.

EIXO IV - 4.62. Orientar os beneficiários do BPC sobre os procedimentos adotados para o seu recebimento, a antecipação do cronograma de pagamento do benefício e a possibilidade de o beneficiário optar pela antecipação de pagamento da renda de um mês do benefício, conforme regulamento.

EIXO IV - 4.63. Orientar beneficiário do BPC que tenha perdido sua documentação como proceder para fins de recebimento do benefício e da antecipação de uma renda mensal dos benefícios, conforme orientações do Ministério.

EIXO IV - 4.64. Orientar os beneficiários do BPC que tenham perdido sua documentação sobre como proceder para fins de recebimento do benefício e da antecipação de uma renda mensal dos benefícios, conforme orientações do Ministério, que são expedidas após o alinhamento do INSS com a rede bancária local do município/DF afetado de forma a considerar as particularidades e restrições de cada instituição financeira.

EIXO IV - 4.65. Comunicar à Coordenação Estadual do PBF sobre a situação de emergência ou estado de calamidade pública no município/DF e a necessidade de ações especiais no âmbito do PBF.

EIXO IV - 4.70. Informar os beneficiários do PBF, inclusive com articulação junto à rede de serviços socioassistenciais, sobre as ações especiais realizadas no município/DF, especialmente no que se refere a alterações de data de pagamento de benefícios e prazos de processos de atualização cadastral.

EIXO IV - 4.72. Priorizar o atendimento ao público do PBF nos serviços socioassistenciais, com registro no Sistema de Condicionalidades (Sicon) dos atendimentos/acompanhamentos realizados com as famílias PBF e ativação da interrupção temporária dos efeitos do descumprimento, quando avaliada necessária.

EIXO V - 5.21 Assegurar acolhimento provisório às famílias e indivíduos que se encontrem desabrigados ou desalojados de forma imediata, segura e em condições dignas, em articulação com o órgão de proteção e defesa civil, utilizando o Formulário Nacional para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergência Social e Calamidade Pública no SUAS para cadastramento da população afetada e identificação dos agravos ocorridos.

EIXO V - 5.25. Atualizar os dados, preferencialmente em sistemas de informação, em parceria com a equipe de Vigilância Socioassistencial, e organizar um sistema de central de vagas de acolhimento emergencial, de modo a organizar a oferta e monitorar as entradas e saídas de famílias e indivíduos.

EIXO V - 5.32. Garantir espaços adequados para armazenamento de alimentos, material de limpeza, itens de higiene e outros. Este espaço deve ser em local arejado que permita a adequada guarda dos produtos em prateleiras ou estrados, deve-se também evitar excesso de calor ou umidade, sol e chuva.

EIXO V - 5.33. Garantir, sempre que possível, espaço para guarda de animais de estimação (cachorros, gatos, pássaros, cavalos etc.), preferencialmente fora dos espaços coletivos de repouso das famílias, em especial, nos casos em que estes animais dão suporte emocional às famílias e indivíduos.

EIXO V - 5.34. Disponibilizar espaço para atendimento individual/familiar/grupo pela equipe técnica, cujos horários de atendimento sejam divulgados e compatíveis com a disponibilidade das pessoas acolhidas.

EIXO V - 5.35. Disponibilizar, sempre que possível, espaço administrativo para armazenar o cadastro das famílias e indivíduos e os materiais pedagógicos para as atividades socioeducativas, reuniões da equipe técnica, entre outros.

EIXO V - 5.36. Providenciar, em local seguro e sob a responsabilidade da coordenação do serviço de acolhimento emergencial, a guarda dos bens das pessoas acolhidas que não forem possíveis acomodar nos alojamentos provisórios. Registrar todos os bens em formulário apropriado, com o nome dos proprietários e descrição detalhada dos bens, que deverá ser assinado pelo proprietário e pelo responsável pela guarda do item.

EIXO V - 5.37. Construir de forma coletiva, por meio da mobilização das pessoas acolhidas em assembleia ou outro formato, regras de organização do serviço, contendo regras claras de convivência em comunidade e de mediação de conflitos, que devem estar afixadas em local visível a todos e em linguagem acessível (exemplo: em caso de migrantes e refugiados no idioma da nacionalidade) e devem ser reavaliadas frequentemente possibilitando ajustes necessários.

EIXO V - 5.38. Organizar o espaço físico do alojamento provisório de forma a manter os núcleos familiares unidos, respeitando a individualidade dos seus membros e o direito à convivência familiar e comunitária e, sempre que possível, as especificidades das famílias e indivíduos (Ex: no caso de algumas etnias indígenas, organizar redários).

EIXO V - 5.39. Promover, na medida do possível, ambientes lúdicos com atividades interessantes a cada faixa etária que promovam a possibilidade de expressão dos traumas, medos, luto, angústias ou outros sentimentos comuns aos contextos de emergência.

EIXO V - 5.40. Garantir a preservação das ações próprias da vida cotidiana existentes antes do contexto de emergência, sempre que possível, dentro do alojamento provisório (como o preparo do próprio alimento, a lavagem de roupas), buscando preservar o sentimento de individualidade.

EIXO V - 5.41. Organizar o espaço respeitando diferenças geracionais e de gênero (homens adultos desacompanhados separados de mulheres, crianças\adolescentes e famílias), de modo a prevenir possíveis violações de direitos.

EIXO V - 5.42. Estabelecer canais de comunicação e tratamento de denúncias de violação de direitos entre as pessoas acolhidas (violência contra a mulher, abusos ou exploração sexual, diferentes formas de violência, LGBTfobia, racismo etc.).

EIXO V - 5.43. Respeitar as manifestações identitárias dos usuários na organização de seu próprio espaço, exemplo: uso de redes por algumas etnias indígenas; adaptação dos materiais de orientação para estrangeiros e pessoas com deficiência (linguagem e acessibilidade); espaço de manifestação de credo respeitando a laicidade do equipamento; respeito ao uso de vestimentas tradicionais; observação às restrições alimentares culturais ou religiosas; respeito à identidade de gênero ou aos diferentes arranjos familiares etc.

EIXO V - 5.44. Permitir o uso do espaço do acolhimento emergencial às ofertas de outras políticas públicas, como saúde, educação, cultura, entre outros, para facilitar o acesso dos acolhidos a tais ofertas.

EIXO V - 5.45. A gestão do acolhimento emergencial deve atentar para os impactos emocionais do contexto de emergência nas pessoas acolhidas e nos trabalhadores, possibilitando, nos casos que se fizer necessário, atenção psicológica, com os devidos encaminhamentos para a rede de Saúde do município/DF.

EIXO V - 5.49. Elaborar escala de trabalho da equipe de referência que irá atuar nos alojamentos provisórios (vide Eixo Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária).

EIXO V - 5.50. Promover escuta qualificada das famílias e indivíduos para que possam expressar livremente e com segurança suas emoções como sentimento de medo, abandono, entre outros sentimentos, buscando por meio do diálogo recursos para enfrentamento da situação.

EIXO V - 5.53. Informar às pessoas acolhidas sobre os objetivos e ações do Serviço de Acolhimento ou das opções de acolhimento emergencial não institucional, apresentando a equipe e os profissionais de referência.

EIXO V - 5.54. Estabelecer fluxo das atividades e ações realizadas internamente (como a acolhida inicial, as ações de resposta a necessidade de cada família e indivíduo, o controle dos cadastros e etc.) ou externamente com os demais serviços socioassistenciais (CRAS, CREAS) ou outros serviços e órgãos intersetoriais (com especial atenção para a rede de educação, saúde, habitação, trabalho e renda).

EIXO V - 5.55. Mobilizar, de forma articulada com os demais serviços e programas socioassistenciais, às famílias extensas ou ampliadas e as redes sociais de apoio das famílias e indivíduos em acolhimento, para garantir a convivência familiar e comunitária, bem como avaliar possibilidade de evitar ou reduzir o período de acolhimento emergencial.

EIXO V - 5.56. Estabelecer rotinas, preferencialmente definidas em conjunto com os famílias e indivíduos acolhidos e de acordo com a sua vontade, que permitam alguma previsão do uso do tempo e que garantam alguma regularidade, alternando entre atividades de realização de tarefas, de lazer e de cuidados com a própria higiene e saúde.

EIXO V - 5.57. Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de violência e negligência, bem como a ruptura de vínculos durante o período de acolhimento nos alojamentos provisórios.

EIXO V - 5.58. Garantir o respeito à liberdade de crença e culto religioso, aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, gênero e orientação sexual.

EIXO V - 5.59. Garantir acompanhamento socioassistencial e articulação para oferta de atendimento psicológico às famílias e indivíduos que tenham sofrido perdas familiares ou vivido situações traumáticas devido à emergência, e nos casos que se fizer necessário, fazer os devidos encaminhamentos para a rede de Saúde do município/DF.

EIXO V - 5.60. Garantir o acesso às atividades recreativas, ocupacionais, esportivas e culturais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, necessidades e possibilidades das famílias e indivíduos, com ampla divulgação de locais e horários nos quais as atividades podem ser realizadas.

EIXO V - 5.65. Manter as famílias e indivíduos atualizados com informações referentes às suas necessidades, como o cadastramento em programas e projetos, período de permanência no alojamento provisório, hotel ou moradia temporária, desligamento dessa modalidade de acolhimento para a moradia provisória/permanente, entre outras.

EIXO V - 5.66. Atender com prioridade as pessoas que necessitam de cuidados e ou que estão mais vulneráveis à situação de violação de direitos e violência, como crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, enfermos, gestantes e nutrizes, povos e comunidades tradicionais, migrantes, refugiados e outros que se avaliar necessário.

EIXO V - 5.67. Garantir atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em acolhimento, definindo com a rede socioassistencial local os fluxos de referência e contrarreferência para acesso aos demais serviços, programa, benefícios e projetos que forem necessários. Para tanto as equipes precisam conversar entre si, realizando juntas o planejamento das ações e a inclusão nos diferentes serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades apresentadas e a vontade das pessoas atendidas. (Vide Eixo Trabalho Social com Famílias e Indivíduos).

EIXO V - 5.69. Estimular a participação das famílias e indivíduos em acolhimento tornando-os corresponsáveis pela organização e manutenção do espaço, estabelecimento de regras de convivência, bem como pela tomada das decisões coletivas importantes para manter as atividades diárias.

EIXO V - 5.71. Assegurar que as crianças e adolescentes não fiquem expostas a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão, conforme estabelece o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

EIXO V - 5.72. Assegurar que os casos de violação de direitos contra crianças e adolescentes sejam devidamente encaminhados ao Conselho Tutelar, denunciados à autoridade policial e sistema de justiça. Crianças e Adolescentes Desacompanhadas.

EIXO V - 5.73. Encaminhar provisoriamente crianças e adolescentes com familiares não localizados para serviço de acolhimento específico para crianças e adolescente, seja institucional ou familiar, mediante guia de acolhimento expedido pela autoridade judiciária, ou, excepcionalmente pelo conselho tutelar, desde que com comunicação à autoridade judiciária em até 24 horas, respeitando, quando possível, a proximidade do serviço com a comunidade de origem.

EIXO V - 5.75. Adotar providências imediatas, em parceria com o CREAS ou equipe técnica de referência do SUAS, para localização da família nuclear ou extensa de crianças e adolescentes desacompanhados, com vistas à reintegração familiar, incluindo a busca em cadastros de desaparecidos das polícias especializadas.

EIXO V - 5.76. No caso de outros públicos específicos afetados pelo contexto de emergência, e caso o município/DF tenha a oferta destas modalidades, encaminhar para unidades específicas já existentes, como por exemplo, população em situação de rua, pessoas com deficiência, idosos, entre outros.

EIXO VI - 6.31. Acionar, quando necessário, a área de proteção e defesa civil local e outros órgãos, como a política de saúde, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, providenciando a execução de ações imediatas e coordenadas.

EIXO VI - 6.32. Oferecer suporte aos órgãos de proteção e defesa civil para fundamentação dos processos de decretação de situação de emergência no que concerne à Assistência Social.

EIXO VI - 6.33. Participar de reuniões, coordenadas pelo poder executivo municipal ou distrital, para decidir as ações de resposta.

EIXO VI - 6.34. Participar de instância intersetorial (comissão/gabinete/comitê/grupo de crise) criada ou acionada no contexto da emergência, propondo e estabelecendo as ações socioassistenciais que serão colocadas em execução.

EIXO VI - 6.36. Identificar e acionar as unidades da rede socioassistencial (pública e privada) que possuem competência e preparo para atuar no cenário de emergência instaurado, convocando e disponibilizando os profissionais da rede para o reforço no atendimento aos públicos prioritários, e demais famílias e indivíduos afetados pela emergência, quando necessário.

EIXO VI - 6.40. Acionar a Procuradoria, Promotoria de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública, para o apoio e a orientação jurídica às famílias e indivíduos afetados e atuar junto aos órgãos de garantia e defesa de direitos, no sentido de prestar esclarecimentos e orientações à população sobre seus direitos, fluxos, protocolos e mecanismos necessários à apresentação de denúncias de violação dos direitos das famílias e indivíduos.

EIXO VI - 6.41. Comunicar, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, os casos de crianças e adolescentes que perderam a família ou não possuam nenhuma referência familiar, para que sejam tomadas as providências cabíveis, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

EIXO VI - 6.42. Acionar os órgãos de defesa e conselhos das demais áreas intersetoriais (saúde, meio ambiente etc.), para que sejam asseguradas as condições necessárias e garantidos à população os seus direitos.

EIXO VI - 6.45. Mobilizar, quando necessário, os órgãos e atores com ações voltadas à saúde mental e psicológica das pessoas afetadas, de forma a promover ações de prevenção a suicídios e identificação de transtornos mentais.

EIXO VI - 6.47. Ofertar ações socioassistenciais, de forma integrada e complementar a ações intersetoriais e articuladas com órgãos de proteção e defesa civil e com as demais políticas públicas, órgãos de defesa de direitos, sociedade civil organizada, agências de cooperação, conselhos de defesa civil e núcleos de defesa civil comunitários, onde houver, entre outros, conforme a necessidade, em todas as esferas da Federação, com vistas à minimização dos danos ocasionados e provimento das necessidades verificadas.

**O QUE PODERIA SER CONTEMPLADO NAS DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS DO NÍVEL DE RECUPERAÇÃO?**

Conforme consta nas Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial, sugerimos:

EIXO I - 1.70. Providenciar a concessão de benefícios eventuais às famílias e indivíduos afetados. (vide Eixo Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda).

EIXO I - 1.71. Realizar articulações e procedimentos visando à agilização/antecipação do cronograma de pagamento referente a benefícios e programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). (Vide Eixo Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda).

EIXO I - 1.91. Participar da elaboração de relatório pós-emergência relatando os impactos ocorridos e as ações realizadas nas etapas de pré-emergência e emergência.

EIXO IV - 4.53. Conceder o BE na forma de pecúnia, serviços e, ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, em conformidade com as normativas existentes no município ou DF.

EIXO IV - 4.56. Conceder o benefício eventual de forma ágil e na perspectiva do direito, livre de qualquer alusão a favor, caridade e sem exigência de comprovações que provoquem constrangimento aos requerentes afetados ou vinculação a condicionantes para acesso, como por exemplo: prévia inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).

EIXO IV - 4.61. Acompanhar o processo de antecipação do pagamento do BPC, nas situações reconhecidas pelo governo federal, aos beneficiários domiciliados nos municípios/DF afetados, enquanto durar a situação.

EIXO IV - 4.66. Monitorar a disponibilidade de canais de pagamento no município/DF, identificando dificuldades que os beneficiários possam estar tendo no acesso ao benefício.

EIXO IV - 4.69. Emitir a Declaração Especial de Pagamento para beneficiários que tenham perdido o cartão do Bolsa Família e seus documentos, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério. A declaração é aceita em agências da CAIXA, atestando que seu portador é o beneficiário - Orientar beneficiários que tenham perdido o cartão sobre os procedimentos para solicitar um novo cartão pelo Atendimento CAIXA ao Cidadão.

EIXO V - 5.64. Assegurar a participação das famílias e indivíduos no processo de reabilitação e reconstrução das moradias.

EIXO VI - 6.50. Apoiar, quando couber, as instâncias intersetoriais estadual e federal (comissão/gabinete/comitê/grupo de crise) por meio da disponibilização de relatórios que descrevam as ações empreendidas pela assistência social, bem como dados dos atendimentos realizados durante o contexto de emergência.

**O QUE SIGNIFICA CAPACITAÇÃO, TREINAMENTOS E SIMULADOS?**

**Treinamento** - refere-se ao processo de aquisição de conhecimento, habilidades e competências como resultado de formação profissional ou do ensino de habilidades práticas relacionadas à competências úteis específicas.

**Capacitação** - é o processo de assimilação de conhecimentos com o fim de realizar uma atividade. Significa que qualquer pessoa pode adquirir conhecimento, ou habilidade, portanto, é capaz de fazer algo com certa utilidade para si mesmo e para os demais.

**Simulados** - visa preparar pessoas (equipes, agências, comunidades e outras pessoas) para a resposta. Para que sejam efetivos e preparem as comunidades para futuros eventos, é fundamental que não sejam desenvolvidos como ações isoladas, e sim integrados a um processo de gestão local de riscos, e de capacitação permanente de comunidades e profissionais. Trata-se, portanto, de colocar em prática o plano previsto no documento final, com os objetivos de:

* Treinar todos os envolvidos para a realização de seus papéis;
* Revisar e atualizar o documento final a partir das constatações de simulado de campo.

Podem ser organizados de diversas maneiras, envolvendo todos os grupos e todas as ações previstas no plano de contingência, ou apenas parte delas, com conhecimento prévio dos envolvidos ou sem conhecimento de quando e onde será o simulado. Quanto às modalidades os simulados podem ser de inclusão/virtual, externos, internos e de acionamento.

Gerenciamento de ações para treinamentos rápidos envolvendo os atores do sistema, para que estejam aptos a lidar com as ações propostas.

**O QUE CONSIDERAR NO QUESITO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTOS E SIMULADOS?**

* Promover a capacitação e treinamento dos integrantes envolvidos na gestão da crise, primeiramente com especial atenção às equipes que compõem o Sistema de Comando de Operações e de monitoramento e alerta de casos suspeitos;
* Os programas de capacitação para os que não integram o SCO deverão focar nas respostas comportamentais esperadas para cada segmento, estimulando a autoproteção, mediante cada uma das categorias de medidas preventivas adotadas no enfrentamento da crise. A capacitação para os atores internos poderá ser realizada com apoio de palestras, vídeos e materiais impressos informativos (o formato deverá ser adaptado ao nível de mobilização, entre outras possibilidades;
* Promover simulados para os diferentes cenários de risco e níveis de mobilização estabelecidos. Os simulados deverão ocorrer em etapas simples, por categorias de medidas a serem implementadas e público-alvo, bem como na forma de simulados integrados. Os simulados também deverão nortear a preparação para instalação, ativação e funcionamento do SCO e do Sistema de Monitoramento e Alerta;
* Entre outros.

**O QUE SIGNIFICA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO?**

A informação refere-se ao que será comunicado, enquanto a comunicação compreende o como (material online, impressos, etc.) e a duração (pontual, como um comunicado oficial, ou duradoura, a exemplo de uma campanha) do que será comunicado. No âmbito do Plancon-AS, informação e comunicação são no sentido de prover e requerer dados para determinar e caracterizar os fatores que estão tornando lenta a comunicação às equipes e aos órgãos envolvidos.

**O QUE CONSIDERAR NO QUESITO COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO?**

A gestão da crise deverá ser norteada por mecanismos/medidas de informação e comunicação externa e interna. No primeiro caso incluem-se informações continuamente atualizadas sobre o contexto regional e local de evolução do evento adverso e/ou da ameaça, que deverão balizar o processo de gestão da crise, nos seus diferentes cenários de risco. Internamente a gestão adequada da informação e comunicação entre os atores envolvidos, deverá contribuir para avaliação contínua do processo de gestão e favorecer uma maior eficiência das medidas planejadas.

No que tange a comunicação externa, as estratégias de comunicação possibilitará o acompanhamento e monitoramento pelo público em geral A partir de tais pressupostos a área de informação e comunicação deverá prever as seguintes ações:

* Levantamento de dados oficiais da evolução do evento;
* Definir mecanismos de comunicação interna que possibilite informar adequadamente ao público alvo acerca das medidas preventivas;
* Promover o fluxo e integração entre informações externas e internas, possibilitando a avaliação contínua das estratégias, ações e sistema operacional definidos;
* Informar continuamente os familiares o processo de gestão da crise, suas fases, estratégias e ações previstas nos diferentes cenários de risco.

Conforme consta nas Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial, sugerimos:

EIXO I - 1.79. Estabelecer canal de comunicação ágil e fluxos de informação com a coordenação dos serviços, programas e benefícios e equipes de atendimento no município/DF, com o objetivo de prover meios para escuta, troca de informações e orientações, visando à comunicação mais célere exigida pelo contexto.

EIXO 1 - 1.83. Fomentar e promover, em conjunto com a gestão e equipe das unidades socioassistenciais, estratégias para comunicação com os usuários acerca das ofertas previstas, das ações desenvolvidas e a desenvolver, outros assuntos de seu interesse. Estas estratégias de comunicação devem contemplar meios e formatos acessíveis e estar disponíveis permanentemente no período da emergência

EIXO II - 2.41. Criar mecanismos de produção e distribuição organizada de informações para que as equipes técnicas estejam sempre subsidiadas com informações corretas, atualizadas e oficiais.

EIXO I - 1.85. Organizar, por meio do órgão gestor municipal/distrital de assistência social, a comunicação com os veículos de imprensa a respeito dos assuntos relativos às ações socioassistenciais empreendidas em razão da emergência socioassistencial.

EIXO II - 2.28. Articular com as equipes socioassistenciais para disponibilização e disseminação dos dados e informações sobre emergência socioassistencial no município/DF.

EIXO II - 2.38. Apoiar a construção de processos de monitoramento e informar às autoridades locais a real situação do público acolhido – quantidade de pessoas acolhidas, perfil, existência de sub ou superlotação etc.

EIXO III - 3.28. Disseminar informações e orientações aos afetados usando, de acordo com a necessidade, meios de comunicação como carros de som, telefonemas, recursos virtuais (e-mail, redes sociais, vídeo chamada), entre outros, quando se mostrar viável, para divulgar o funcionamento da rede socioassistencial, a oferta de benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, as possíveis adaptações no atendimento e especificidades do contexto de emergência.

EIXO IV - 4.70. Informar os beneficiários do PBF, inclusive com articulação junto à rede de serviços socioassistenciais, sobre as ações especiais realizadas no município/DF, especialmente no que se refere a alterações de data de pagamento de benefícios e prazos de processos de atualização cadastral.

EIXO V - 5.42. Estabelecer canais de comunicação e tratamento de denúncias de violação de direitos entre as pessoas acolhidas (violência contra a mulher, abusos ou exploração sexual, diferentes formas de violência, LGBTfobia, racismo etc.).

EIXO VI - 6.41. Comunicar, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, os casos de crianças e adolescentes que perderam a família ou não possuam nenhuma referência familiar, para que sejam tomadas as providências cabíveis, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

**O QUE É A UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL/COORDENAÇÃO DE CRISE?**

A Unidade de Gestão Operacional estabelece como se fará a coordenação, a cada momento, da implementação das dinâmicas/ações. Trata-se de um grupo de direção e de tomada de decisão que pode, ainda, conforme a situação sofrer ajustes, e que devem estar em conformidade com as dinâmicas e ações operacionais. Importante, se possível, ter representação da comunidade acadêmica, e outras organizações setoriais: saúde, educação, proteção e defesa civil, entre outros.

Ajustes ou esquemas mais complexos ou privilegiando outra estrutura organizacional podem ser considerados, mas devem, obrigatoriamente, conduzir a acertos no tipo de ações operacionais. De qualquer forma, deverá ser construído um organograma ilustrativo.

O organograma deverá ser construído a partir do mapa conceitual horizontal de dinâmicas e ações com eventuais adaptações, indicando a direção geral, as dinâmicas/áreas e ações que foram consideradas e quem se responsabiliza por cada uma delas.

**O QUE FAZER PARA ACIONAR O PLANO DE CONTINGÊNCIA?**

Para a ativação do Plano de Contingência se faz necessário:

1. Nomear os membros do SCO que são tomadores de decisão, conforme organograma;
2. Reunir os membros do SCO e deliberar acerca das atribuições de cada área, seja ela estratégica, tática ou operacional;
3. Delegar tarefas conforme as diretrizes estabelecidas nas dinâmicas operacionais para posterior elaboração dos protocolos;
4. Acompanhar a elaboração dos protocolos específicos e monitorá-los;
5. Realizar levantamentos dos diferentes tipos de materiais e quantidades a serem adquiridas para manter a segurança e a redução de riscos dos estudantes, servidores e da comunidade escolar;
6. Estabelecer contato com as organizações de emergência e deixá-las de

prontidão caso haja necessidade de acionamento imediato e urgente.

**QUANDO DESATIVAR A UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL?**

Destaca-se que a desativação da Unidade de Gestão Operacional, e consequentemente das medidas previstas no Plano de Contingência para a Assistência Social, se dará somente quando autorizada pelo Comitê de Crise.

**O QUE É O SISTEMA DE ALERTA E ALARME/SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO?**

Alerta - É “um sinal, sistema ou dispositivo de vigilância que tem por finalidade alertar sobre um perigo ou risco iminente ou previsível em curto prazo, e que aciona o sentido de prontidão (DCSC, 2018).

O alerta antecipado é “o fornecimento de informações antecipadas e efetivas, por meio de instituições identificadas, que permite que os indivíduos expostos a uma ameaça atuem de forma a evitar ou reduzir seus riscos e se preparem para uma resposta efetiva.” (UNEP, 2012, p. 01).

Os 4 (quatro) componentes principais da cadeia de alerta antecipado são:

1. conhecimento dos riscos;
2. supervisão e serviço de alerta;
3. difusão e comunicação;
4. capacidade de resposta.(EIRD/ONU, 2004, p.397).

Importante definir como será o acionamento de um aviso de ocorrência do evento, que deve se desdobrar em ações práticas por parte de todos os envolvidos no plano de contingência e por parte da população. Os alertas deverão ser acionados pelos canais oficiais de comunicação. Pode-se usar o Whatsapp, SMS, carro de som, entre outros.

Deve-se definir a equipe ou o responsável com os dispositivos para dar o alerta sempre que os meios de monitoramento apontarem alterações, ou seja, após constatada situação de risco ou alteração do nível de risco. Inclui também situações específicas nas quais há necessidade de comunicação imediata no local de evento.

**QUANDO E COMO SE DARÁ O ACIONAMENTO DE RECURSOS?**

* O acionamento dos recursos será levantado pela Unidade de Gestão Operacional e direcionado ao departamento competente, após a avaliação do cenário e definição de quais os recursos necessários serão acionados, sendo eles pré-cadastrados ou não, conforme necessidade para o evento específico.
* Sugere-se a elaboração de um quadro com levantamento detalhado de recursos materiais disponíveis para atendimento imediato a todo e qualquer tipo de necessidade. O correto dimensionamento de quantidade e período de abastecimento é necessário para que não falte equipamentos e materiais.

**EM QUE CONSISTE O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO?**

O monitoramento é fundamental ao Plano de Contingência, pois é a partir dele que serão tomadas as decisões e posteriormente iniciadas as ações.

* Ele é constituído por mecanismos que possibilitam acompanhar e controlar, sis- tematicamente, as ações com base em indicadores. Mede os ganhos e alcances das ações planejadas; acompanha decisões, procedimentos e adesão às medidas estabelecidas.
* No monitoramento realiza-se a **Avaliação de Processo**: visa assegurar o cumprimento dos objetivos, prazos e orçamentos. Possibilita a ocorrência de alterações, de retomada e manutenção do foco.
* **Avaliação** - deve servir, antes de tudo, para se obter conhecimento: sobre o problema inicial, os processos utilizados, os recursos, a gestão realizada. Deve-se enfocar não só a descrição das atividades, mas sobretudo o resultado e impacto.
* **Avaliação de Resultados** - possibilita o registro de resultados quantitativos e qualitativos alcançados. É efetuada no final do processo, fazendo uma conexão com os resultados esperados.

**PARTE II**

**MODELO DE RELATÓRIO SOCIAL**

**papel timbrado oficial do município**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE [Inserir o nome do município.]**

**RELATÓRIO SOCIAL/SITUACIONAL**

**Interessado:** Prefeitura Municipal de [inserir o nome do município]

**Referência:** [inserir o nº do decreto municipal]

**DA SITUAÇÃO**

Considerando o impacto do evento xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, foi verificado pela assistência social a existência de danos humanos.

O município até o momento fez… x y z…

Porém há a necessidade de auxílio complementar do governo do Estado.

**DAS SITUAÇÕES EM QUE SE ENCONTRAM AS FAMÍLIAS**

Situação da vulnerabilidade encontrada, avaliada….

Houve a necessidade de abertura de abrigos, total de abrigos, localização.

Número de famílias nos abrigos (com o total de pessoas entre homens, mulheres e crianças, idosos, portadores de deficiência, etc.

Pessoas desalojadas (número de pessoas que foram enviadas para casas de parentes).

Informar situações que julgar pertinentes….

É o relatório.

**[**Inserir o nome do município], [Inserir o dia] de [Inserir o mês] de [Inserir o ano.]

[Inserir o nome do(s) profissional(s)]

Carimbo e assinatura

**PARTE III - RECOMENDAÇÕES GERAIS**

* Promover informação e treinamento referente ao plano de contingência;
* Assegurar amplo apoio aos usuários em situação de vulnerabilidade social;
* Elaborar um vídeo sobre PLANCON AS para facilitar a compreensão;
* Ampliar espaços de divulgação do plano e utilizar meios de comunicação locais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Política Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Guia de orientação para a elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres.** Florianópolis:- CEPED, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. Módulo de formação: **elaboração de plano de contingência**:livro base. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

CEPED. UFSC. **Gestão de Desastres e ações de recuperação**: curso de capacitação, módulo III. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-con-> tent/uploads/2013/02/livro -completo-1-1.pdf

EIRD/ONU. Estratégia Internacional para Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas. **Terminologia sobre reducción del riesgo de desastres**. Suiça:O- NU:2009. Disponível em: <http://www.unisdr.org./files/7817_UNISDRTerminologyS-> panish.pdf.

FREITAS, Mário Jorge Cardoso Coelho. **Prevenção, mitigação e preparação**: livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2017. 168 p.

MARGARIDA, Caroline; Débora Ferreira; Frederico Rudorff; Lisangela Albino; Mário Freitas; Regina Panceri. **Gestão de Risco de Desastres**. Florianópolis: SDC, 2013

UNICEF. **Simulacros escolares**: un guia para su preparación. Paraná: lusgraftab, 2010. Disponível em: <http://educacionygestiondelriesgo.crid.orc/preparationsimu-> lacros\_y\_simulacione

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.Resultado do Censo SUAS 2012 - Banco de Dados 2012. Brasília. Disponível em:

[https://](https://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social/)www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20/resultado-censosuas-2012 .

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial (versão preliminar) Brasília, outubro de 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres. Brasília, setembro de 2013.

**Referências de Sites**

<https://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social/>

**ANEXOS**

**ANEXO 1 - MODELO BOLETIM**

BOLETIM DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS

INFORME DE Nº

DIA: / /

OBSERVAÇÕES OU PENDÊNCIAS:



RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:



**ANEXO 2 - MODELO RELATÓRIO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE [Inserir o nome do município.]**

RELATÓRIO SOCIAL/SITUACIONAL

**Interessado:** Prefeitura Municipal de [inserir o nome do município]

**Referência:** [inserir o nº do decreto municipal]

**DA SITUAÇÃO**

Considerando o impacto do evento xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, foi verificado pela assistência social a existência de danos humanos.

O município até o momento fez… x y z…

Porém há a necessidade de auxílio complementar do governo do Estado.

**DAS SITUAÇÕES EM QUE SE ENCONTRAM AS FAMÍLIAS**

Situação da vulnerabilidade encontrada, avaliada….

Houve a necessidade de abertura de abrigos, total de abrigos, localização.

Número de famílias nos abrigos (com o total de pessoas entre homens, mulheres e crianças, idosos, portadores de deficiência, etc.

Pessoas desalojadas (número de pessoas que foram enviadas para casas de parentes).

Informar situações que julgar pertinentes….

É o relatório.

**[**Inserir o nome do município], [Inserir o dia] de [Inserir o mês] de [Inserir o ano.]

[Inserir o nome do(s) profissional(s)]

Carimbo e assinatura